

# ESTRATÉGIA TIC 2020

Estratégia para a Transformação Digital  
na Administração Pública

VERSÃO 2018

Este documento procede à revisão dos valores do capítulo Resumo Económico recorrente da revisão ocorrida no ano de 2018 dos Planos Setoriais TIC das áreas governativas, aprovados pela RCM n.º 108/2017, de 26 de Julho. Todos os documentos estão disponíveis em <https://tic.gov.pt/> e devem ser lidos em conjunto.

Quando pensamos na Administração Pública (AP) do presente já não a conseguimos imaginar sem o uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC), seja para o tratamento de informação e gestão documental, seja na prestação de serviços ao cidadão, mesmo quando estes ainda são presenciais. Elas tornaram-se num instrumento essencial para a modernização administrativa, permitindo melhorar a eficiência, integrar e disponibilizar serviços, e antecipar necessidades. São, assim, um motor importante da inovação.

A primeira vez que as TIC e os procedimentos administrativos se juntaram, limitaram-se a desmaterializar os circuitos em papel, a automatizar algumas operações e, mais tarde, a facilitar a comunicação, através do uso generalizado da internet.

Progressivamente, no entanto, o desafio tornou-se maior e muito mais exigente. Para além de respostas mais rápidas e normalizadas, um conceito mais alargado de TIC, incluindo a robótica e a inteligência artificial, proporciona hoje transformações profundas – tanto no modo como a Administração Pública se organiza, como no próprio desenho dos serviços que presta aos seus utentes.

Uma das principais transformações que continuamos a ter pela frente é focar os serviços no cidadão e nas empresas, organizando-os em torno das necessidades destes e não como a Administração e os governos estão organizados.

Desejamos hoje, todos nós, que o nosso contacto como os serviços públicos seja cómodo e conveniente, uma boa experiência para repetir e até para partilhar com os amigos nas redes sociais, e fora delas. Esperamos encontrar toda a informação num só ponto, físico ou virtual, com uma só identificação, evitando o labirinto de portais que ainda encontramos na nossa administração. Detestamos ter de informar duas vezes o Estado da mesma situação. Desejamos ser contactados numa só caixa de correio, ser notificados dos nossos direitos ou obrigações no telemóvel. Se somos atendidos num Espaço do Cidadão, gerido por uma junta de freguesia, não estranhemos lá encontrar serviços diversos da administração do Estado e do município, e até pedimos mais. Comparamos as aplicações de serviços públicos com o que de melhor já experimentámos em outras atividades. Se hoje já somos avisados de um atraso do avião no nosso telemóvel, também esperamos que o mesmo aconteça para a consulta do hospital. Desejamos cada vez mais que as interações com os serviços públicos se concentrem no nosso bolso, à distância

de um toque, disponíveis a qualquer momento e em qualquer lugar, e que possamos começar um processo num ponto de contacto e ter continuidade do mesmo num outro ponto, tudo num só procedimento. Pretendemos que o serviço seja personalizado e que adivinhe as nossas necessidades, nos reconheça, seja contextualizado e adequado ao território onde é prestado.

Do lado da AP, para que tal aconteça, precisamos de trabalhar em cocriação com os utentes para ter a certeza que os novos serviços respondem às suas expetativas. E necessitamos de uma **estratégia comum**, muito mais colaborativa, para que seja possível responder sustentadamente a essas expectativas dos cidadãos, respeitando o equilíbrio financeiro e os constrangimentos dele decorrentes.

Essa estratégia comum deve facilitar a cooperação entre áreas governamentais e níveis de governo para desenhar serviços em conjunto, de forma mais eficiente, incluindo, por vezes, entidades do sector privado e social. Deve garantir a segurança das comunicações e do armazenamento de dados, o que confere especial relevância à política de cibersegurança. Deve contribuir para o reforço e partilha de competências digitais e de outras competências que hoje se associam ao desenho dos serviços. Deve permitir maiores sinergias, evitar a repetição de plataformas e portais desnecessários, reduzir desperdício e redundâncias, melhorar a programação dos investimentos e medir com rigor o retorno de cada um deles. Deve assegurar que nenhum cidadão é deixado para trás, contribuindo para a inclusão digital de cerca de 30% de portugueses que ainda não beneficiam diretamente das TIC e/ ou assegurando serviços digitais assistidos.

A necessidade de uma estratégia comum foi o principal objetivo que levou à criação do CTIC, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2016, que foi encarregado de preparar a estratégia para as TIC, aprovada em Conselho de Ministros a 2 de março 2017.

A Estratégia para as TIC até 2020 reparte-se em três eixos principais.

O **primeiro eixo** é a promoção da **integração e da interoperabilidade**.

Sem integração e interoperabilidade não haverá nem serviços organizados por eventos de vida dos cidadãos ou das empresas, nem tão pouco se firmará o princípio “once only”, que permite evitar pedir várias vezes a mesma informação ao cidadão. A plataforma de interoperabilidade da AP (iAP), usada pela primeira vez no projeto Cartão de Cidadão, é assim um instrumento fundamental para assegurar que os serviços são organizados em pontos de contacto únicos e para permitir que a AP utilize a informação que já detém quando o cidadão assim o permite. Exemplo das medidas que dão corpo a este eixo são as “Notificações Eletrónicas” ou a “Interoperabilidade Documental”.

Não basta, contudo, utilizar a tecnologia como de costume. Para fazermos dela um instrumento transformador é preciso arriscar, desenhar e prototipar novos serviços ou novas formas de os prestar, usar os dados disponíveis para antecipar necessidades, melhorar os serviços públicos e reduzir custos administrativos, favorecendo a competitividade das empresas.

Por isso, nesta Estratégia, o **segundo eixo** é o da **inovação e competitividade**, em torno do qual se agregam mais de 500 medidas transversais e setoriais. A inovação tornou-se tão importante para o sector público como sempre foi para o sector privado. Mesmo que a inovação não dependa apenas do uso da tecnologia e que exija muito mais do que ela, o certo é que as TIC, de um modo ou de outro, são um facilitador importante do desenho de novos serviços.

Deste eixo decorre ainda a preocupação de preparar o futuro, olhando para o que ciência e a tecnologia nos disponibilizam e para as possibilidades que isso abre à inovação no sector público. Exemplo disto é o uso de *data analytics* ou **inteligência artificial**, como modo de tratamento automático de dados (alguns não pessoais e disponibilizados pela internet das coisas) para prevenir problemas e/ou antecipar necessidades.

Esse tratamento da informação de que dispomos permite, por exemplo, prestar melhores serviços aos cidadãos através de sistemas de atendimento totalmente automáticos em linguagem natural ou na prevenção de doenças. Outra possibilidade é o uso de **realidade aumentada** no desenho físico de novos serviços, por exemplo, através da utilização na prototipagem de espaços de atendimento ao cidadão. É ainda possível a utilização de tecnologias como o **blockchain** para assegurar a proteção e a integridade da informação e de dados pessoais. Trata-se de desafios, entre vários outros, que podemos já antever e que irão alterar formas de trabalho e a configuração de produtos e serviços.

Por fim, para que os dois eixos anteriores e as ações neles compreendidas sejam viáveis, é preciso **partilhar**

**recursos e investir nas competências digitais** que constituem, por isso, o **terceiro eixo** desta estratégia comum. As soluções na nuvem (“cloud”), por exemplo, permitem armazenar, processar e salvaguardar informação de um modo distribuído e de acordo com as necessidades de cada momento, alterando o modo como desenvolvemos e consumimos a tecnologia. Também neste eixo se incluem medidas ligadas à dinamização de aplicações em código aberto, já utilizado, por exemplo, “Portal do Cidadão +” e “Bolsa de Documentos”.

Do mesmo modo, é urgente pôr em prática o programa comum de competências digitais para favorecer o uso de serviços públicos digitais e a qualificação e especialização das pessoas que para eles contribuem.

Só assim, através deste esforço coordenado de diferentes áreas governamentais, será possível manter o país competitivo no século XXI e garantir que a Administração Pública se mantém relevante, confiável e inclusiva, dispondo de recursos financeiros e humanos que lhe permitam responder às expectativas dos cidadãos em constante evolução.

Agradeço, por fim, a todos os que permitiram chegar a este compromisso, em especial aos representantes ministeriais no CTIC, e às equipas dos vários organismos públicos que com eles colaboraram. Uma nota especial para a AMA, que coordenou a elaboração deste documento. O trabalho mais exigente será agora o de garantir a execução da estratégia aqui prevista.

Maria Manuel Leitão Marques  
Ministra da Presidência e Modernização Administrativa

Este documento procede à revisão dos valores do capítulo Resumo Económico recorrente da revisão ocorrida no ano de 2018 dos Planos Setoriais TIC das áreas governativas, aprovados pela RCM n.º 108/2017, de 26 de Julho. Todos os documentos estão disponíveis em <https://tic.gov.pt/> e devem ser lidos em conjunto.

# Índice

01	<b>Nota Introdutória</b>	<b>02</b>
	<b>Sumário Executivo</b>	<b>07</b>
	<b>Governança das TIC - CTIC</b>	<b>08</b>
02	<b>Estratégia para a transformação digital na AP</b>	<b>10</b>
	Visão e princípios orientadores	<b>11</b>
	Eixo I: Integração e interoperabilidade	<b>15</b>
	Eixo II: Inovação e competitividade	<b>16</b>
	Eixo III: Partilha de recursos	<b>17</b>
03	<b>Investimentos, poupanças e benefícios económicos e sociais</b>	<b>18</b>
	Totais globais e por ano	<b>19</b>
	Totais de investimento por área governamental	<b>20</b>
	Totais globais por ano e medida	<b>22</b>
04	<b>Metodologia de cálculo dos benefícios</b>	<b>24</b>
	<b>Planos Setoriais</b>	<b>26</b>
	<b>Ficha Técnica</b>	<b>28</b>

A *Estratégia para a Transformação Digital na **Administração Pública** até 2020* condensa a visão do Governo para a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na Administração Pública nos próximos quatro anos (2017-20), compreendendo iniciativas comuns a toda a Administração do Estado e iniciativas específicas de cada área setorial.

Foi preparada pelo Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública (CTIC), tendo em vista ser submetida à aprovação do Conselho de Ministros.

As ações nela previstas repartem-se por três eixos principais:

- ➔ Eixo 1 – Integração e interoperabilidade
- ➔ Eixo 2 – Inovação e competitividade
- ➔ Eixo 3 – Partilha de recursos

No total destes três eixos estão previstas 12 medidas, com 37 ações, que enquadram as atividades a implementar transversalmente e de forma distribuída pelas diferentes áreas de governo. As ações estão devidamente orçamentadas e são também apresentados os benefícios previstos, quer em termos de poupanças para a Administração Pública, quer em benefícios económicos e sociais. A metodologia utilizada para o seu cálculo pode ser consultada no final deste documento.

Governar as TIC com uma estratégia comum, coordenar as iniciativas setoriais, promover a inovação e a racionalização dos investimentos, evitando replicações desnecessárias, são medidas que visam, em primeiro lugar, garantir que os serviços digitais sejam mais simples, acessíveis e inclusivos, de forma a potenciar a sua utilização por todos os cidadãos. Procura-se igualmente obter eficiências que potenciem a redução de custos, nomeadamente, através de uma maior partilha de recursos, tornando sustentável a transformação digital da Administração Pública.

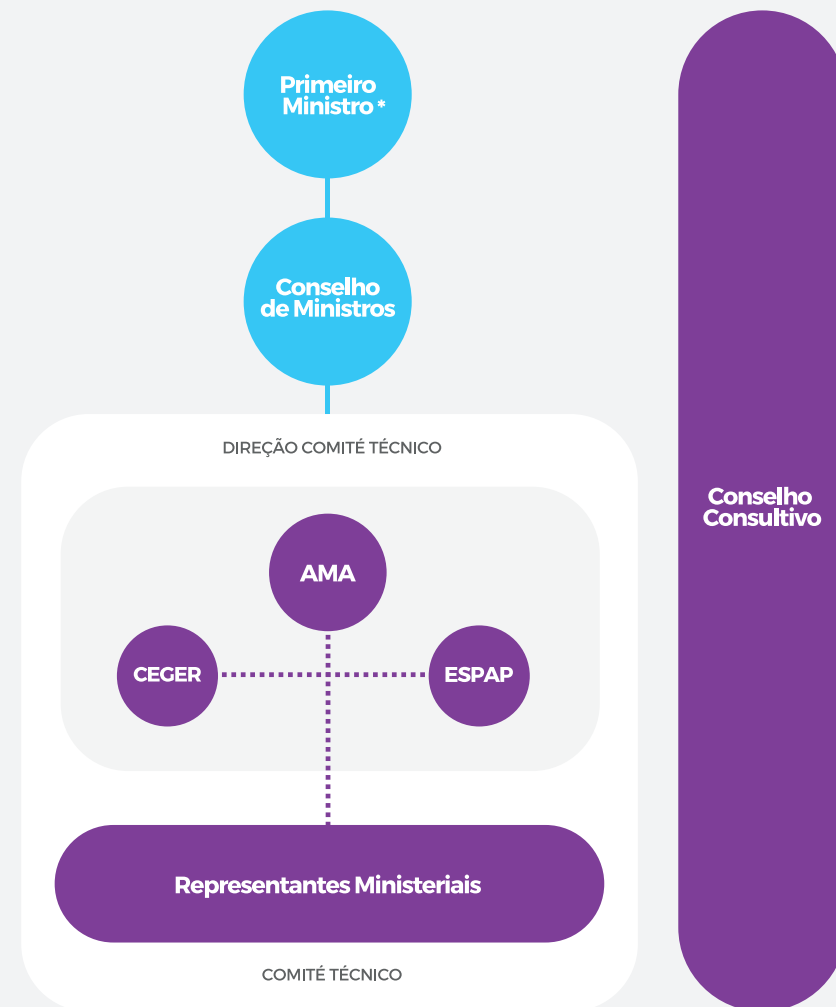
# Governança das TIC - CTIC

De modo a assegurar o desenvolvimento de uma estratégia global de planeamento e otimização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na Administração Pública (AP), foi criado em 2016 o Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública (CTIC), com a orgânica, composição e competências previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2016, de 3 de junho.

O CTIC surge como uma evolução do anterior modelo de governação das TIC, que tinha por base o Grupo de Projeto para as Tecnologias de Informação e Comunicação (GPTIC), criado em 2011, tirando partido da experiência e conhecimento adquirido.

A governação das TIC assenta numa estrutura que abrange os níveis político, estratégico e operacional, com uma visão transversal que se materializa em Planos Setoriais TIC, adequados à realidade das diferentes áreas governamentais.

Figura 1  
Modelo de governação das TIC  
na Administração Pública



\* XXI Governo Constitucional, as competências foram delegadas na Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa

AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I.P.  
CEGER - Centro de Gestão da Rede Informática do Governo  
ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública



## CTIC

O CTIC é a estrutura de coordenação responsável por operacionalizar a estratégia e o plano de ação global para as TIC, tendo como objetivo tirar o melhor partido do seu potencial transformador, para que estas possam contribuir para melhorar a eficiência e eficácia da AP, de forma a que esta preste melhores serviços públicos.

O CTIC depende do Primeiro Ministro, ou do membro do Governo em quem este delegar, e é composto por um Comité Técnico (CT) e um Conselho Consultivo (CC).

## Comité Técnico

O Comité Técnico é composto por representantes da Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA), do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER), da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP) e representantes de cada área governamental.

## Direção do Comité Técnico

A Direção do Comité Técnico é responsável pela gestão operacional da “Estratégia TIC”. Integra a Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA), que preside e dirige, sendo coadjuvada, sempre que necessário, por um representante do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER) e por um representante da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP).

## Representantes Ministeriais

Representam uma ou várias áreas governamentais, de acordo com a orgânica de cada Governo.

## Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo é composto por cinco personalidades independentes com reconhecido mérito na área da modernização administrativa e das tecnologias de informação e comunicação.

The background of the page is white, featuring a series of abstract, flowing blue lines that originate from the left side and extend towards the right. These lines vary in thickness and curvature, creating a dynamic, organic feel. The lines are primarily in shades of light blue and medium blue.

# **ESTRATÉGIA TIC 2020**

## **ESTRATÉGIA PARA A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

## Visão e princípios orientadores

A Estratégia TIC 2020 tem em vista a transformação digital da Administração Pública, devendo as TIC constituir um catalisador da sua modernização.

Pretende, nomeadamente, responder aos desafios colocados pela necessidade de promover a simplificação administrativa e a organização dos serviços públicos em função das necessidades dos cidadãos e das empresas.

A estratégia TIC 2020 tem como objetivos principais:

- Tornar os serviços digitais mais simples, acessíveis e inclusivos;
- Potenciar a adesão aos serviços digitais por parte dos cidadãos e das empresas;
- Garantir um desenvolvimento sustentável em matéria de transformação digital.

A Estratégia TIC 2020 tem como princípios orientadores:

- A segurança, resiliência e privacidade dos dados, por forma a assegurar a salvaguarda da informação detida pela AP;
- A usabilidade e inclusão dos serviços públicos, por forma a torná-los mais acessíveis e fáceis de utilizar;
- O reforço das competências digitais dos colaboradores da AP e a partilha de recursos, por forma a alcançar uma maior eficiência na sua utilização.

**As TIC devem ser o catalisador da modernização  
da Administração Pública**

# Estratégia TIC 2020:

## Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública

As diferentes medidas, compreendidas na Estratégia TIC 2020, são agrupadas em três eixos de ação:

- Integração e interoperabilidade;
- Inovação e competitividade;
- Partilha de recursos.



# Estratégia TIC 2020:

## Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública

---

### EIXO I - Integração e interoperabilidade

- Um modelo de **governança** que permite coordenar o investimento em TIC e tirar partido do seu potencial transformador;
- Uma estratégia TIC transversal, adaptada às necessidades específicas das várias áreas através de **planos setoriais TIC**;
- **Interoperabilidade** entre as diferentes entidades da AP e entre a AP e as empresas;
- Uma **arquitetura de referência** comum com enfoque na resiliência digital e na segurança dos sistemas e dos dados.

### EIXO II - inovação e competitividade

- **Identificação eletrónica**, para aumentar a confiança e promover a utilização de serviços eletrónicos;
- Disponibilização de informação produzida pela AP de um modo **transparente** com vista ao desenvolvimento de serviços inovadores, pela própria AP e pela sociedade civil;
- Aposta na acessibilidade dos **serviços eletrónicos**, fomentando a proximidade e a redução dos custos de contexto e a participação dos cidadãos e das empresas no desenho dos novos serviços de forma a potenciar a sua usabilidade;
- Ações de **inovação setorial** específicas que visem ganhos de eficiência e a melhoria dos serviços prestados em cada área governamental.

### EIXO III - Partilha de recursos

- Melhor aproveitamento das **competências TIC** dos colaboradores da AP, através de ações de formação e da organização de centros de competência TIC;
- Desenvolvimento de **serviços na nuvem** e rentabilização da capacidade instalada nos centros de dados;
- Desenvolvimento de uma **rede de comunicações** multisserviços segura que elimine redundâncias desnecessárias;
- Desenvolvimento, gestão, contratação e negociação do **software da AP** de forma integrada e com forte aposta na adoção de soluções em código aberto.

# Estratégia TIC 2020:

Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública



VISÃO



PRINCÍPIOS  
ORIENTADORES



EIXOS DE AÇÃO



MEDIDAS

## Melhores serviços públicos para Cidadãos e Empresas

Governança, segurança, resiliência e privacidade de dados

Transformação digital da AP com foco na eficiência, usabilidade e inclusão

Reforço das competências e partilha de recursos



EIXO I  
Integração e interoperabilidade



EIXO II  
Inovação e competitividade



EIXO III  
Partilha de recursos

M01

Governança das TIC

M02

Planos Setoriais TIC

M03

Interoperabilidade

M04

Arquitetura de referência TIC

M05

Identificação eletrónica

M06

Transparência e participação

M07

Serviços eletrónicos

M08

Inovação Setorial

M09

Centro de competências TIC

M10

Centros de dados na nuvem

M11

Comunicações na AP

M12

Aplicações comuns e em código aberto

# EIXO I

## Integração e Interoperabilidade



A integração e a interoperabilidade das TIC na AP são objetivos essenciais para alavancar os projetos de modernização e simplificação administrativa e, assim, adotar boas práticas, passíveis de serem replicadas a nível da administração do Estado e da administração local.

### **Medida 1: Governação das TIC**

- ➔ Definir e implementar um modelo de governação transversal das TIC;
- ➔ Consolidar o modelo de governação das TIC em cada área governamental.

### **Medida 2: Planos setoriais TIC**

- ➔ Aprovar e publicar planos setoriais TIC, por área governamental, alinhados com a estratégia, atribuições e competências setoriais;
- ➔ Elaborar planos anuais de projetos e investimentos TIC.

### **Medida 3: Interoperabilidade**

- ➔ Disponibilizar um catálogo de serviços eletrónicos;
- ➔ Alargar a interoperabilidade a soluções de gestão documental;
- ➔ Massificar a utilização da plataforma de interoperabilidade (iAP) para iniciativas de simplificação e modernização administrativa.

### **Medida 4: Arquitetura de referência TIC**

- ➔ Definir e implementar arquiteturas TIC transversais;
- ➔ Otimizar os investimentos em TIC;
- ➔ Definir e implementar uma estratégia nacional de segurança da informação.

## EIXO II

### Inovação e competitividade



As TIC têm um papel essencial na modernização e simplificação administrativa, possibilitando a desmaterialização de processos e o desenho de novos serviços, criando novos canais de acesso aos cidadãos — disponíveis 24 horas por dia, em qualquer lugar.

#### **Medida 5: Identificação eletrónica**

- Desenvolver e disponibilizar o Cartão de Cidadão com novas funcionalidades;
- Permitir a autenticação única dos cidadãos em sítios e sistemas da AP;
- Disponibilizar o Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), para assinatura e autenticação.

#### **Medida 6: Transparência e participação**

- Alargar a divulgação e utilização de dados abertos através do portal [dados.gov.pt](https://dados.gov.pt);
- Divulgar indicadores de execução e de benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e projetos da AP;
- Disponibilizar instrumentos que facilitem a participação dos cidadãos em processos de decisão públicos.

#### **Medida 7: Serviços eletrónicos**

- Integrar a experiência do utente nos processos de atendimento;
- Definir normas e modelos comuns para uniformização do aspeto gráfico e usabilidade dos serviços eletrónicos;
- Consolidar serviços eletrónicos no Portal do Cidadão;
- Disponibilizar informação no Portal do Cidadão em função da localização do cidadão;
- Disponibilizar a bolsa de documentos do cidadão;
- Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos de vida;
- Adotar estações de trabalho virtuais incorporando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD);
- Pilotar a adoção na AP de formas de trabalho em movimento e a partir de casa;
- Implementar roaming Wi-Fi na AP – GOVroam;
- Digitalizar o arquivo físico da AP.

#### **Medida 8: Inovação setorial**

- Desenvolver ações setoriais que permitam melhorar a qualidade dos serviços prestados e/ou aumentar a eficiência interna da AP através do recurso às TIC.



## EIXO III

### Partilha de recursos



A necessidade de melhorar a qualidade dos serviços públicos e promover maior eficiência da AP obriga a uma melhor utilização das competências e recursos.

#### **Medida 9: Centro de competências TIC**

- Definir o modelo de funcionamento e pilotar o desenvolvimento de um centro de competências TIC;
- Promover o desenvolvimento de Competência Digitais.

#### **Medida 10: Centros de dados na nuvem**

- Rentabilizar e concentrar a capacidade de computação nos centros de processamento de dados;
- Criar uma nuvem interoperável.

#### **Medida 11: Comunicações na AP**

- Racionalizar comunicações de voz e dados;
- Implementar rede comum de comunicações multisserviços;
- Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas.

#### **Medida 12: Aplicações comuns e em código aberto**

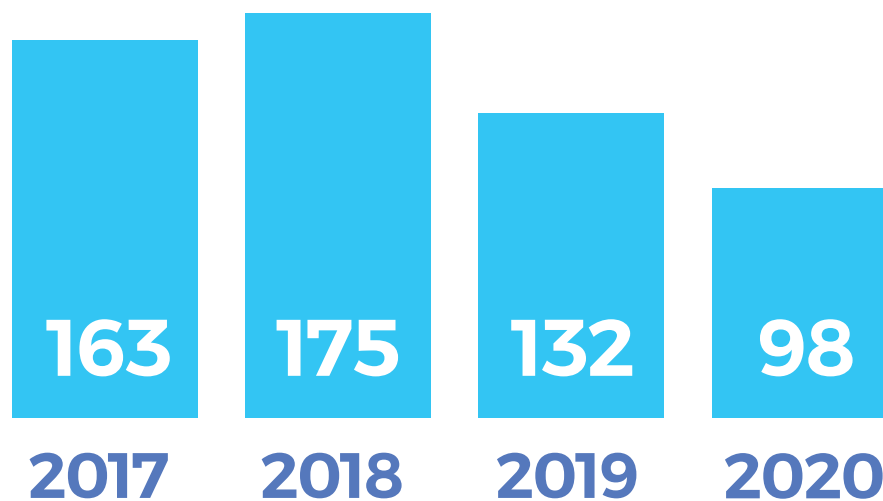
- Gerir globalmente as necessidades de licenciamento transversal de software do Estado (incluindo criação, reutilização e negociação);
- Promover e disseminar o software de código aberto (OSS);
- Criar e dinamizar o catálogo de software da AP.

The background features a series of thin, light blue lines that sweep across the frame from the left side towards the right. These lines vary in length and curvature, creating a sense of movement and depth. The lines are more densely packed on the left and become more sparse towards the right, where they eventually fade into the white background.

**INVESTIMENTOS, POUPANÇAS E  
BENEFÍCIOS ECONÓMICOS  
E SOCIAIS**

## Estratégia TIC e os planos setoriais Investimento

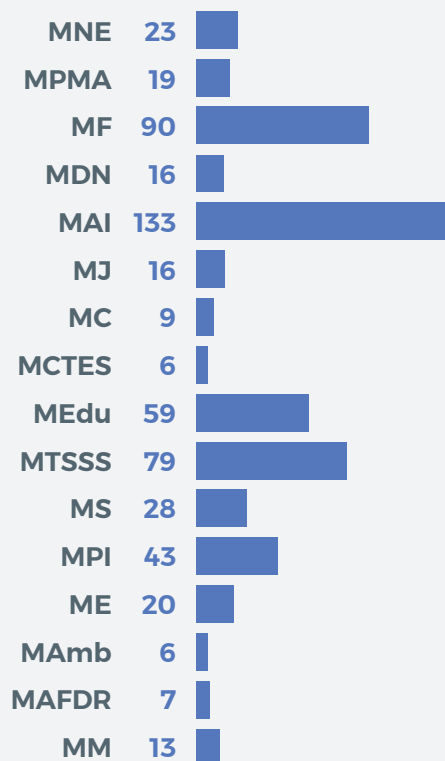
**569 M€**  
**em 4 anos**  
Investimento total  
estimado



(M€) Valores arredondados em milhões de euros

# Estratégia TIC e os planos setoriais Resumo global

## Investimento por área governamental (M€)



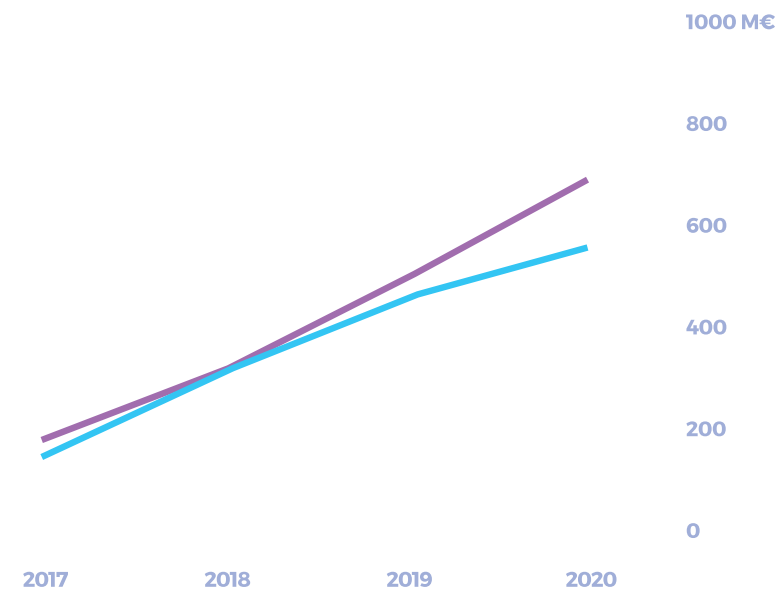
## Totais por área governamental (M€)

Ministério	Investimento	Poupanças TIC	Poupanças não TIC	Benefícios económicos e sociais	Benefícios totais líquidos
MNE	22,7	0,5	14,1	44,3	36,2
MPMA	19,0	6,0	3,1	130,4	120,4
MF	90,5	32,6	35,1	145,4	122,6
MDN	16,2	6,8	5,5	1,9	-2,1
MAI	132,6	46,2	19,8	299,0	232,5
MJ	15,5	6,8	2,1	18,0	11,3
MC	9,4	3,3	1,2	11,2	6,2
MCTES	5,9	8,4	15,8	59,5	77,8
MEdu	59,2	77,7	48,6	67,9	135,0
MTSSS	79,4	7,3	107,0	140,3	175,3
MS	27,9	3,5	111,1	0,0	86,7
MPI	43,5	3,8	60,7	0,0	21,0
ME	20,5	14,0	24,9	81,6	100,1
MAmb	5,8	0,0	28,3	0,0	22,5
MAFDR	7,2	2,3	3,1	4,0	2,2
MM	13,2	3,2	3,0	1,1	-5,9
<b>TOTAIS</b>	<b>569</b>	<b>222</b>	<b>483</b>	<b>1 005</b>	<b>1142</b>

(M€) Valores arredondados em milhões de euros

# Retorno do Investimento no segundo ano

Investimento acumulado  
Poupanças TIC e não TIC  
acumuladas



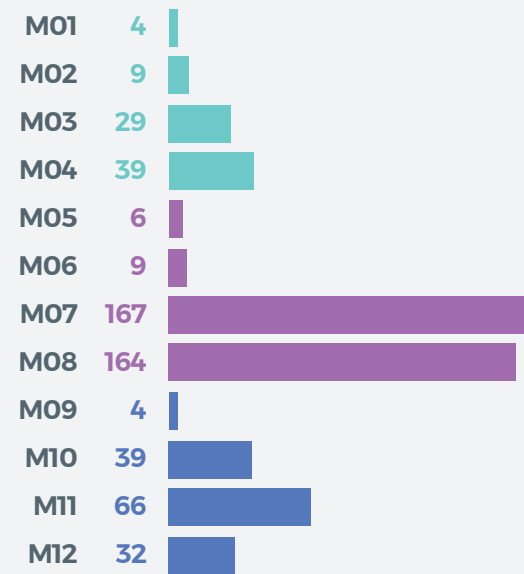
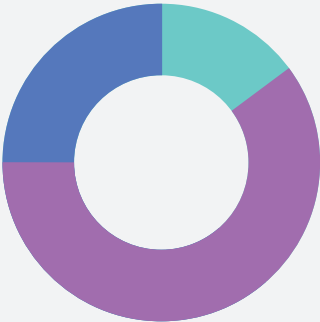
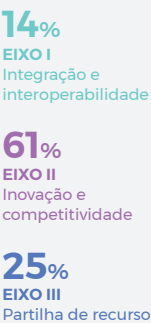
Totais globais e por ano (M€)

Ano	Investimento	Poupanças TIC	Poupanças não TIC	Benefícios económicos e sociais	Benefícios totais líquidos
2017	162,7	58,5	141,0	72,3	109,1
2018	175,5	49,7	90,3	160,2	124,7
2019	131,9	54,8	119,1	381,9	423,9
2020	98,5	59,4	132,9	390,2	484,0
<b>TOTAIS</b>	<b>569</b>	<b>222</b>	<b>483</b>	<b>1 005</b>	<b>1 142</b>

# Estratégia TIC e os planos setoriais

## Resumo global

### Investimento por medida (M€)



(M€) Valores arredondados em milhões de euros

### Totais globais e por medida (M€)

Medida	Investimento	Poupanças TIC	Poupanças não TIC	Benefícios económicos e sociais	Benefícios totais líquidos
M01	4,3	3,6	0,4	0,0	-0,4
M02	9,3	0,0	0,4	0,0	-8,8
M03	29,0	3,4	34,3	128,2	136,8
M04	39,0	9,3	9,8	40,5	20,5
M05	6,2	1,2	0,9	88,0	83,9
M06	8,6	1,1	14,9	2,0	9,4
M07	167,3	80,4	254,6	425,0	592,6
M08	164,1	17,8	143,1	311,9	308,7
M09	4,2	0,8	8,9	0,3	5,7
M10	38,5	11,1	3,0	4,9	-19,5
M11	65,8	58,2	0,8	0,0	-6,8
M12	32,2	35,4	12,3	4,0	19,6
TOTAIS	569	222	483	1 005	1 142

The background of the slide is white with several thin, light blue lines that sweep across the frame from the left and top edges towards the right. These lines vary in thickness and curvature, creating a sense of movement and depth. The main title is positioned on the right side of the slide, centered vertically relative to the middle of the frame.

# **METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS BENEFÍCIOS**

# Metodologia

## de cálculo dos benefícios

No âmbito da elaboração da estratégia e planos setoriais TIC, estimaram-se os benefícios decorrentes da implementação dos projetos previstos.

Utilizando como metodologia de base o Standard Cost Model (SCM)\*, os representantes ministeriais, em colaboração com os diversos organismos, quantificaram para cada projeto os valores de investimento e os custos de implementação, bem como as poupanças e benefícios gerados.

\* Os valores constantes dos planos setoriais incluem IVA. Os valores de investimento, poupança e benefícios não são acumulados. O guia rápido de cálculo de benefícios, assim como informação complementar encontra-se disponível para consulta em: <https://www.ama.gov.pt/web/agencia-para-a-modernizacao-administrativa/transformacao-digital>

## 1. INVESTIMENTOS E CUSTOS

Os investimentos identificados nos planos setoriais TIC e na Estratégia TIC para cada ano incluem todos os custos de investimento (CAPEX) e de operação (OPEX) necessários à implementação e manutenção dos projetos a nível setorial no período entre 2016 e 2020.

## 2. POUPANÇAS E BENEFÍCIOS

Da execução dos projetos e atividades previstas na estratégia TIC, são esperadas poupanças diretas para a Administração Pública e/ou benefícios económicos e sociais para a sociedade.

### 2.1 Poupanças diretas para a Administração Pública

Trata-se do conjunto de benefícios que a Administração Pública garante, quer na componente TIC – poupanças TIC, quer na componente de ganhos de eficiência nos processos de “negócio” proporcionadas pelas TIC – poupanças não TIC.

#### 2.1.1 Poupanças TIC

São as poupanças originadas, em cada ano, pela redução de custos TIC de investimento e operação (incluem eventuais reduções dos custos operacionais). Estas poupanças podem advir da diminuição do custo com recursos humanos alocados a atividades relacionadas com as TIC ou da diminuição do custo com centros de dados, comunicações, licenciamento e suporte de software, entre outros.

#### 2.1.2 Poupanças não TIC

São as poupanças originadas, em cada ano, pelo aumento de eficiência interna no relacionamento com o cidadão (*front office*) e no funcionamento interno (*back office*).

Estas poupanças podem resultar, entre outros aspetos, da desmaterialização e agilização de processos, da interoperabilidade entre organismos, da libertação de recursos para outras tarefas, da redução do número de documentos impressos e da libertação de espaço, entre outros.

### 2.2 Benefícios económicos e sociais

São benefícios, originados em cada ano, resultantes da diminuição de custos de contexto para cidadãos e empresas, tais como: redução do número de deslocações, do tempo de espera e de atendimento, do número de documentos e do tempo para execução de serviços.

## 3. BENEFÍCIOS LÍQUIDOS

Os benefícios líquidos identificados nos planos setoriais e na estratégia TIC resultam da soma dos valores relativos às poupanças TIC e não TIC, e dos benefícios sociais e económicos estimados, aos quais são subtraídos os valores de investimento e custos de implementação.



The background features a series of abstract, flowing blue lines of varying thicknesses. Some lines are straight and diagonal, while others are curved and more complex, creating a sense of movement and depth. The lines are set against a plain white background.

**PLANOS SETORIAIS**

# Planos setoriais

---

Os planos setoriais estão disponíveis on-line em:

<https://tic.gov.pt/>

The background of the page is white, featuring a series of abstract, flowing blue lines that originate from the left side and extend towards the right. These lines vary in thickness and curvature, creating a dynamic, organic feel. The lines are a vibrant blue color.

## FICHA TÉCNICA

Colaboraram na elaboração da Estratégia TIC e nos Planos Sectoriais TIC:

→ Representantes na Direção do Comité Técnico:

Pedro Silva Dias - Agência para a Modernização Administrativa, IP

César Pestana - Entidade de serviços Partilhados da Administração Pública, IP

Tito Vieira - Centro de Gestão da Rede Informática do Governo

→ Representantes Ministeriais das áreas governamentais:

Mário Miranda Duarte - Negócios Estrangeiros

Pedro Silva Dias - Presidência e Modernização Administrativa | Cultura

Teresa Gilrbal - Finanças

João Ribeiro - Defesa Nacional

Francisco Gomes - Administração Interna

Hugo Nunes - Justiça

João Nuno Ferreira - Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Teresa Evaristo - Educação

Carla Costa - Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Henrique Martins - Saúde

Mário Nogueira - Planeamento e Infraestruturas

Maria Ermelinda Carrachás - Economia

Alexandra Carvalho - Ambiente

Cristina Chéu - Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural | Mar

A Estratégia TIC está disponível on-line em: <https://tic.gov.pt/>

